



PODER

BC ajudará comissão a investigar caso Master

Presidente da CAE do Senado, Renan Calheiros se reúne com Gabriel Galípolo e obtém o compromisso de que parlamentares terão acesso a informações — inclusive as sigilosas — para mapear as conexões do banco de Daniel Vorcaro com os Três Poderes

» VANILSON OLIVEIRA
» ALÍCIA BERNARDES

Depois da reunião, ontem, com o presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Renan Calheiros (MDB-AL), garantiu que a autoridade monetária vai colaborar com informações para as investigações sobre o Banco Master. Para isso, a CAE utilizará os instrumentos previstos na Lei Complementar 105/01, que trata do sigilo bancário, para obter os dados necessários.

“Requisitaremos todas as informações das investigações que estão sendo feitas sobre o Master, inclusive as sigilosas. Informações que ele (Galípolo) vai disponibilizar e agilizar. Falei que a única coisa que nos ajudará a responder o que a sociedade está cobrando é uma linha do tempo. Vamos saber quem comunicou a quem, quem informou quem e a extensão dos crimes cometidos pelos diretores do Master”, explicou Renan, depois da reunião com o presidente do BC, em que esteve acompanhado dos senadores Izalci (PL-DF) e Fernando Farias (MDB-AL).

Segundo o presidente da CAE, se necessário, a comissão solicitará ao plenário do Senado autorização para quebras de sigilos. Mas garantiu que o espírito é de colaboração. “Galípolo foi muito solícito porque se convenceu de que o papel da comissão é fortalecer o Banco Central, é apoiar a liquidação do Master e investigar para responsabilizar essas pessoas. Nosso propósito

é lancetar o tumor, que não pode continuar intacto. Se continuar, vai criar metástase”, afirmou.

Segundo o senador, a comissão pode receber assessoramento técnico do próprio BC. “A sociedade cobra respostas, que devem ser dadas pelo Banco Central, pelo Supremo Tribunal Federal, pela Polícia Federal e pelo Tribunal de Contas (da União)”, observou.

O senador voltou a defender que mudanças legislativas do perímetro regulatório do BC só se deem após o avanço das investigações. Indagado se convidará o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para explicar à comissão supostas reuniões com o dono do Master, Daniel Vorcaro, Renan disse que espera colaboração.

“A imprensa noticiou que levaram três vezes (o ex-dono do Master, Daniel) Vorcaro ao presidente. Na oportunidade dessas visitas, estavam lá o presidente do Banco Central, o ministro da Fazenda (Fernando Haddad), o chefe do Gabinete Civil (Rui Costa), o líder do governo (Jaques Wagner) e o ex-ministro (da Fazenda Guido) Mantega. De todos, só o Mantega tinha legitimidade, porque era empregado do Master”, alfinetou.

Supremo e PF

Outras reuniões relacionadas à investigação estão previstas para os próximos dias. Renan esclareceu que a comissão pretende ampliar o diálogo com o Judiciário e com a Polícia Federal. “Só hoje (ontem), instalamos a comissão do Master e aprovamos um plano de trabalho. Na próxima semana, vamos visitar

Andressa Anholete/Agência Senado



o presidente do Supremo (Tribunal Federal), ministro (Edson) Fachin, e também o diretor da PF (Andrei Rodrigues)”, adiantou. O senador já esteve com o presidente do TCU, Vital do Rêgo Filho.

Ele assegurou que a comissão não disputará espaço com uma

eventual comissão parlamentar de inquérito, seja mista ou de uma das duas Casas do Congresso. “Não haverá competição. Assinei requerimentos e defendo a instalação. O trabalho da CAE será complementar”, frisou.

A oposição protocolou, na

terça-feira, o pedido de uma CPMI, mas isso não quer dizer que será instalada pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (União-AP). Na Câmara, o presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) indicou que eventuais comissões de inquérito sobre o Master entrarão na



A única coisa que nos ajudará a responder o que a sociedade está cobrando é uma linha do tempo. Vamos saber quem comunicou a quem, quem informou quem e a extensão dos crimes cometidos pelos diretores do Master. Galípolo foi muito solícito porque se convenceu de que o papel da comissão é fortalecer o Banco Central, é apoiar a liquidação do Master”

Renan Calheiros (MDB-AL),
presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado

»cb.poder | IZALCI LUCAS | SENADOR (PL-DF) E LÍDER DA OPOSIÇÃO NO CONGRESSO

"O que ocorreu no BRB é absurdo"

» LETÍCIA CORRÊA*

Para o líder da oposição no Congresso, senador Izalci Lucas (PL-DF), as negociações entre o Banco Master e o BRB são “um absurdo”. Em entrevista aos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Denise Rothenburg, na edição de ontem do CB.Poder — uma parceria do Correio com a TV Brasília —, ele acredita que a comissão criada no Senado para investigar a instituição que pertencia a Daniel Vorcaro, da qual faz parte, chegará aos motivos que levaram o Banco Regional de Brasília a fechar negócio com uma instituição financeira praticamente insolvente — e aos tentáculos que o Master tinha nos Três Poderes e no mercado financeiro. A seguir, os principais trechos da entrevista.

O que é a comissão que investigará o Master?

Diferentemente de uma CPMI, que é temporária, a CAE é permanente e tem praticamente as mesmas atribuições, com exceção da quebra de sigilo, que deve ser levada ao plenário do Senado. No entanto, podemos solicitar documentos sigilosos e convocar pessoas. É o que acontecerá. O grupo é composto por 11 parlamentares.

Qual será o primeiro passo da

comissão?

Como teremos o poder de requisitar documentos sigilosos, a comissão terá acesso a eles. Chamaremos o presidente do Banco Central (Gabriel Galípolo) e, também, o atual presidente do BRB (Nelson Antônio de Souza). Existem estudos sobre a realidade e precisamos dessas informações. Anteriormente, meu pedido foi negado devido ao sigilo imposto pelo ministro Dias Toffoli (do Supremo Tribunal Federal), mas, agora, a comissão tem o poder de solicitar os documentos do BRB. O que ocorreu no BRB é absurdo: o Banco Master comprou uma carteira de R\$ 6 bilhões de um fundo sem lastro e a vendeu ao BRB por R\$ 12 bilhões. Há casos de terrenos comprados por R\$ 10 mil e vendidos ao BRB por R\$ 120 mil em processos de recuperação. Existem investimentos de R\$ 1,7 bilhão em fundos, cuja responsável era uma atendente de lanchonete. Houve fraude, pois foram aplicados R\$ 16 bilhões sem garantias, apesar de pareceres de auditorias externas.

O senhor mencionou que a comissão pode ter acesso a documentos sigilosos, mas há documentos no Senado sob a guarda do presidente Davi

Ed Alves CB/DA Press



Senador integra o grupo que investigará o Master. Para ele, BC e CVM falharam na fiscalização do banco

Alcolumbre (União-AP) que não podem ser analisados pela CPMI do INSS. A comissão não corre o risco de cair na mesma armadilha?

Uma lei de 2001 dá respaldo para a comissão requerer documentos sigilosos. O ministro Toffoli colocou tudo em sigilo, proibiu a Polícia Federal (PF) de investigar e indicou peritos para responder às perguntas formuladas por seu gabinete. Um ministro do Supremo não tem autonomia para investigar dessa forma ou requisitar documentos que já haviam sido

disponibilizados para a CPMI. Foi nesses documentos que se encontrou o contrato de R\$ 129 milhões da esposa do ministro Alexandre de Moraes. No INSS, temos sérios problemas com os empréstimos consignados. No caso do Master, são 254 mil contratos sem comprovação de autorização dos tomadores de empréstimo. O modo de operação é semelhante ao das fraudes com biometria facial feitas a partir de cópias de identidades.

O caso Master envolve Judiciário, mercado financeiro,

Banco Central e Governo do Distrito Federal. O que mais chama sua atenção?

Primeiro, o mistério de como se investem R\$ 12 bilhões em uma carteira sem garantias usando dinheiro público. Existem muitas coincidências: o governador recebeu o apoio do PP e do União Brasil e houve a menção à “emenda Master” para aumentar o Fundo Garantidor (de Crédito, FGC) de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. Além disso, houve a reunião na casa de Vorcaro com o ministro Alexandre de Moraes e Paulo Henrique (Costa,

ex-presidente do BRB). Logo após, em março, o governador foi absolvido no processo (da tentativa de golpe) do 8 de Janeiro. O contrato de R\$ 129 milhões não parece uma consultoria normal e precisa de explicação.

O governador Ibaneis Rocha será convocado?
Provavelmente.

Como um banco pequeno como o Master conseguiu operar bilhões em títulos falsos? A falha está na fiscalização ou na legislação?

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e o Banco Central falharam. Percebemos que as fintechs foram usadas para enviar dinheiro para fora do país. Grandes bancos vendiam títulos do Master porque ganhavam comissões de 5%, enquanto o mercado pagava muito menos. O prejuízo do BRB é de, no mínimo, R\$ 5 bilhões. O Master possui um rombo bilionário. Isso impactará o Iprev (Instituto de Previdência dos Servidores do DF).

Os servidores correm risco?

O Iprev tinha uma participação no BRB, que aumentou de 4% para quase 17% no governo (de Rodrigo) Rollemberg. Com a queda das ações e o prejuízo, o fundo será comprometido. Existe um rombo de R\$ 2 bilhões no Iprev, independentemente do caso BRB.

***Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi**